

Apoio do Governo Dilma no Congresso

O Congresso Nacional registra grande renovação, em torno de 45% nas duas Casas (Câmara – 43,86% e Senado – 45,68%), e terá uma nova conformação partidária, com crescimento da base de sustentação, ainda que com oscilações nunca superior nem inferior a 15 nomes em cada partido da base, além da redução da oposição, que passou por uma lipoaspiração razoável.

A base de apoio da presidente Dilma foi construída já na aliança eleitoral, diferentemente de outros presidentes, que formaram sua coalizão de sustentação num processo de cooptação pós-eleição. Trata-se de uma coalizão ampla, heterogênea e contraditória, mas existem instrumentos de controle e meios para pacificar e manter a coesão da base, ainda que para isto seja necessário o fechamento de questão em temas centrais.

Além disto, os deputados e senadores eleitos pelos partidos que apóiam o Governo Dilma são em número suficiente para aprovar todas as matérias, inclusive emendas à Constituição. Os poucos partidos que serão incorporados à base de apoio, formada por legendas que apoiavam o Governo Lula, o serão apenas como garantia de uma margem para evitar surpresas desagradáveis em matérias mais polêmicas.

Em termos de representatividade, conforme demonstrado na tabela, dos 58.947.175 eleitores que votaram para deputado federal, 42.027.974 sufragaram parlamentares da base de apoio consistente do Governo, além de 4.278.488 votos dados a parlamentares que poderão fazer parte da sustentação política da presidente Dilma, num total de 46.306.462 votos, ou, em termos percentuais, 78,56% dos votos válidos para deputado federal. A oposição na Câmara representará 12.640.713 eleitores ou 21,44% dos votos válidos para deputado federal.

A nova correlação tende a se manter ao longo da legislatura, salvo pela saída de algum partido da base ou pela fusão ou criação de novas agremiações partidárias, já que a mudança de legenda, como existia no passado, foi vedada pela decisão do Tribunal Superior Eleitoral, ratificada pelo Supremo Tribunal Federal, com a determinação expressa de que o mandato pertence ao partido e não ao parlamentar ou ao governante eleito.

Por mera liberalidade das lideranças partidárias, alguns partidos da base, quando não se tratar de matéria central e estratégica para o Governo, poderão permitir que alguns parlamentares, os chamados independentes, para que votem segundo suas consciências. Casos, por exemplo, como Pedro Simon (PMDB/RS), Jarbas Vasconcellos (PMDB/PE) e Luiz Henrique (PMDB/SC), que poderão ser liberados em algumas matérias para votar de acordo com suas convicções políticas e, eventualmente, em desacordo com a orientação partidária. Mas isto não será regra. Quando houver fechamento de questão, não haverá exceção.

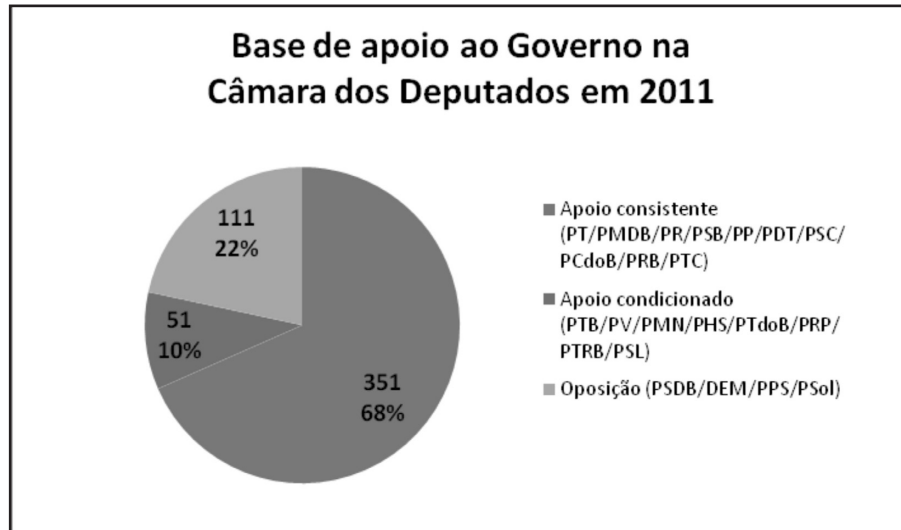
A presidente Dilma, em princípio, poderá contar na

Câmara dos Deputados com até 402 deputados, ou 78% da Câmara, distribuídos da seguinte forma: 1) apoio consistente de 351 deputados; 2) apoio condicionado e adesão praticamente certa de 51; e 3) 111 deputados de oposição.

O primeiro grupo, de apoio consistente na Câmara, inclui o PT (88), o PMDB (77), o PP (44), o PR (40), o PSB (34), o PDT (27), o PSC (17), o PCdoB (15), o PRB (8) e o PTC (1). O segundo grupo, de apoio condicionado, com adesão quase certa, porque são partidos que já fazem parte da base do presidente Lula, abrange o PTB (22), o PV (14), o PMN (4), o PTdoB (4), PHS (2), o PRTB (2), o PRP (2) e o PSL (1). Já do grupo de oposição farão parte o PSDB (53), o DEM (43), o PPS (12) e o PSol (3).

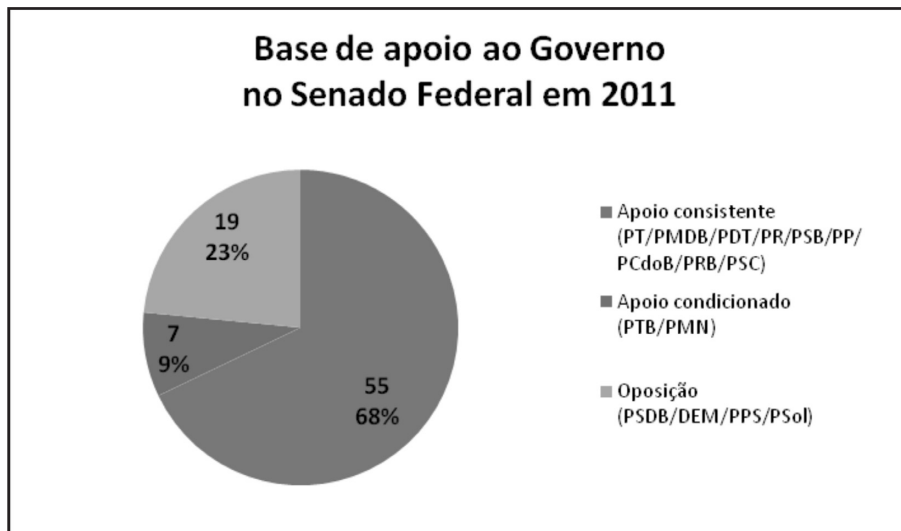
Soma da votação nominal dos deputados eleitos no pleito de 2010		
Dilma	Bancada	Votos
Apoio Consistente	351	42.027.974
PT	88	10.580.432
PMDB	77	8.448.952
PP ¹	44	5.168.090
PR	40	5.866.587
PSB	34	4.709.361
PDT	27	2.596.556
PSC	17	1.859.443
PCdoB	15	1.823.077
PRB	8	871.461
PTC	1	104.015
Apoio Condicionado	51	4.278.488
PTB	22	2.349.527
PV	14	1.040.760
PMN	4	446.162
PTdoB	4	207.910
PHS	2	96.060
PRTB	2	50.488
PRP	2	47.488
PSL	1	40.093
Oposição	111	12.640.713
PSDB	53	6.291.304
DEM	43	4.550.184
PPS	12	1.356.469
PSol	3	442.756
Total	513	58.947.175

¹ - apoiou em 2º turno



No Senado, a base de apoio de Dilma poderá chegar a 62 senadores, ou 76,54% da Casa, distribuídos nos grupos de apoio consistente, com 55 senadores, vinculados aos seguintes partidos: PMDB (21), PT (14), PP (5), PDT (4), PR (4), PSB (3), PCdoB (2), PRB (1) e PSC (1); no grupo de apoio condicionado, formado por

sete senadores, sendo seis do PTB e um do PMN, que certamente farão parte da base da presidente Dilma Rousseff, já que atualmente dão sustentação ao Governo Lula. Já na oposição estarão apenas 19 senadores, distribuídos da seguinte forma: PSDB (10), DEM (6), PSol (2) e PPS (1).



A Presidente, entretanto, precisa ter consciência de que a oposição, apesar de numericamente pouco significativa, precisa ser respeitada e não pode nem deve ser isolada do processo deliberativo. A postura da Presidente, considerando a eleição de 10 governadores de oposição, deve ser a de buscar negociar, na medida do possível, o conteúdo da política pública, inclusive como forma de aperfeiçoar a legislação. Já a oposição, por sua vez, deve procurar pautar-se pela ética da responsabilidade, votando a favor das iniciativas governamentais com coincidência de agenda e contra aquilo que entender em desacordo com seu programa e doutrina.

O novo Congresso, ao contrário do atual, deverá funcionar em sua plenitude. Aquela experiência de

meses sem deliberação, por mera obstrução da oposição, não terá espaço na próxima legislatura. Além disto, por força da lei da ficha limpa e da fidelidade partidária, a relação da Presidência da República com o Congresso também tende a ser mais republicana e menos fisiológica.

Em conclusão, o novo Congresso, apesar da mudança na conformação das forças, terá partidos mais coesos e menos belicosos em relação à legislatura 2007-2011, além de menos parlamentares com mácula em sua vida pregressa, por vários motivos: a) pela ampliação da base governista; b) pela vigência plena da fidelidade partidária; c) pela derrota dos principais defensores do enfrentamento político a qualquer preço; e d) pela aprovação e vigência da Lei da Ficha Limpa.